



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL DE PREGÃO Nº 23/2016 - PMMG

O **MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE**, através da **PREFEITURA MUNICIPAL**, com sede a Rua Rui Barbosa, nº 310, Centro, CEP 88.925-000, Morro Grande/SC, por intermédio do Pregoeiro, o Sr. Eric Junior Frezza, designado pelo Decreto nº 04/2016, torna público que será realizada licitação na modalidade de **"PREGÃO PRESENCIAL"**, do tipo **"MENOR PREÇO"**, na forma de julgamento **"POR LOTE"**, conforme especificações constantes descritas no Anexo I do presente edital. O presente certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº. 10.520/2002, pela Lei Federal nº. 8.666/1993, Lei Complementar nº. 123/2006, Decreto Municipal nº. 88/2013 e demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos, cuja proposta e documentação de habilitação deverão ser entregues no dia, hora e local abaixo especificado:

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: Até o dia 29/12/2016.

HORÁRIO: Até as 09h00min.

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 29/12/2016.

HORÁRIO: Às 09h30min.

LOCAL: Sala de Licitações, localizada no Centro Administrativo da Prefeitura de Morro Grande, situado a Rua Rui Barbosa, nº 310, Centro, CEP 88.925-000, Morro Grande/SC.

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objetivo o registro de preços para a possível e futura **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA DE MORRO GRANDE**, conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência", principalmente o Projeto, e demais informações contidas neste edital e seus anexos.

1.2. Órgão Gerenciador – Município de Morro Grande.

1.2.1. Entidades Participantes:

- a) Prefeitura Municipal de Morro Grande;

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

2.2. Podem participar da presente licitação todos os interessados cadastrados ou não na Prefeitura de Morro Grande.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

2.3. Serão admitidos a participar deste Edital, qualquer licitante, com ramo de atividade compatível com o objeto desta Licitação, sendo a proponente a ser contratada, a única responsável pelo fornecimento do objeto;

2.4. Não será admitida a participação de:

- a) Empresas em consórcio, ou subcontratadas para executar o objeto;
- c) Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores, ou em dissolução, ou em liquidação;
- d) Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal de Morro Grande, durante o prazo estabelecido para a penalidade;
- e) Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Qualquer pessoa, cidadão ou licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no Centro Administrativo da Prefeitura de Morro Grande, sito a Rua Rui Barbosa, nº 310, Centro, Morro Grande/SC, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.2. Caso seja acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que desejarem obter benefícios da Lei complementar Nº. 123 de 14/12/06, deverão apresentar fora dos envelopes de **proposta de preços e documentos de habilitação a CERTIDÃO SIMPLIFICADA EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL DA SEDE DA EMPRESA**, que comprove que a mesma é microempresa ou empresa de pequeno porte, emitida nos últimos 30 (trinta) dias.

4.2. A proponente deverá apresentar também fora dos envelopes de “proposta de preço” e “documentos de habilitação”, a **DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, conforme “Anexo V (Art. 4º, Inciso VII, da Lei nº 10.520/02)”.

4.2.1. Em caso de não apresentação da declaração citada no item anterior, poderá a mesma ser preenchida através de formulário, na própria sessão pública, que será fornecido pelo pregoeiro, no qual será assinado por pessoa presente com poderes para tal.

4.2.2. O não cumprimento da exigência citada no item 4.2, implicará na não aceitação da proposta.

4.3. Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: **“PROPOSTA DE PREÇO”** e **“DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”**.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

4.4. Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preço e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados com o nome da licitante, o número do CNPJ, o número da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação"), na forma dos incisos I e II a seguir:

I - Envelope contendo à Proposta de Preço:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016 – REGISTRO DE PREÇOS
ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇO
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE: _____
Nº DO CNPJ: _____**

II - Envelope contendo os Documentos de Habilitação:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016 – REGISTRO DE PREÇOS
ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE: _____
Nº. DO CNPJ: _____**

4.5. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor da Prefeitura Municipal designado para tal fim, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial.

4.6. Visando à racionalização dos trabalhos, é conveniente que a autenticação de documentos seja solicitada com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos antes da realização da sessão de recebimento das propostas, sendo a autenticação efetuada em horário de expediente da Prefeitura Municipal.

4.7. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

5. DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE Nº 1)

5.1. O envelope "**PROPOSTA DE PREÇO**" deverá conter a proposta da licitante, de forma que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser apresentada em uma via impressa, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, em papel timbrado da licitante ou identificado com o carimbo padronizado do CNPJ, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, valor unitário e valor total de cada item, com duas casas decimais após a vírgula, valor total expresso em algarismos e por extenso, **MARCA DO PRODUTO**, devendo suas folhas serem numeradas, rubricadas e a última assinada por quem de direito;

II - Deverá ser usado o modelo de proposta conforme mostrado no "**Anexo II**" do presente edital ou **preferencialmente** poderá ser apresentada em mídia CD-R/DVD-R, juntamente com uma via impressa



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

devidamente assinatura pelo responsável, para isso deverá ser baixado o programa BethaAutocotação no site www.morrogrande.sc.gov.br, solicitando os dados para cotação na Prefeitura de Morro Grande. Não serão aceitas propostas por meio de mídias de armazenamento do tipo pen drive.

III - nos preços propostos já deverão estar incluídos todos os custos necessários à execução do objeto, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas ou quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

IV - Apresentar proposta sob “**MENOR PREÇO POR LOTE**”, observando o **PREÇO MÁXIMO** estabelecido no “**Anexo I – Termo de Referência**”, sendo que será desclassificado o lote da proposta que apresentar acima do valor.

IV.1. Todos os itens que compõe os lotes deverão ser cotados, sob pena de desclassificação.

IV.2. Não serão aceitos itens sem marcas nos produtos, sem preço unitário e preço total, preço unitário acima do preço máximo ou deixar de cotar algum item do lote.

IV.3. A composição do “preço do lote” será obtido pelo somatório dos resultados da multiplicação dos preços unitários dos itens pelos quantitativos correspondentes.

V – Será exigido junto a proposta os seguintes documentos, sob pena de desclassificação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM (ANEXO I DO EDITAL)	DOCUMENTOS QUE DEVERÃO COMPOR A PROPOSTA
1	ARMARIO SUSPENSO COM PORTA BASCULANTE E COM PISTÃO À GÁS (CÓD. 11736)	a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13961:2010, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro. b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17 , regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista , acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente. c) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. (Placa de MDP)
2	PAINEL DIVISOR ALTO MELAMINICO (CÓD. 11737)	Para os documentos elencados abaixo, a proponente deverá apresentar para os “ itens 2, 3, 4, 5 e 6 ”, um único produto do tipo BALCÃO DE CALL CENTER , que contemple todos os itens citados.
3	DIVISÃO DUPLA CALL CENTER (CÓD. 11738)	
4	LATERAL LD DUPLA DE CALL CENTER (CÓD. 11739)	
5	LATERAL LE DUPLA DE CALL CENTER (CÓD. 11740)	Os documentos que deverão compor a proposta são:
6	TAMPO PARA CALL CENTER RETO (CÓD. 11741)	a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13966:2008, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro. b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17 , regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

		<p>Segurança do Trabalho ou Ergonomista, acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente</p> <p>a) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. (Placa de MDP)</p>
7	CONEXAO GOTA CENTRAL PARA SAIDA (CÓD. 11742)	<p>a) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. (Placa de MDP)</p>
8	ARMARIO ALTO SEM PORTAS (NICHOS) (CÓD. 11743)	<p>a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13961:2010, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro.</p> <p>b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17, regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista, acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.</p> <p>c) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento (Placa de MDP)</p>
9	MESA DE TRABALHO ANGULAR PÉ PAINEL E ATENDIMENTO FRONTAL LD (CÓD. 11744)	<p>a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13966:2008, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro.</p> <p>b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17, regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista, acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.</p> <p>c) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. (Placa de MDP)</p>
10	MESA DE TRABALHO ANGULAR PÉ PAINEL E ATENDIMENTO FRONTAL LE (CÓD. 11745)	<p>a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13966:2008, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro.</p> <p>b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17, regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista, acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.</p> <p>c) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. (Placa de MDP).</p>



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

11	MESA DE TRABALHO LINEAR PÉ PAINEL - 01 (CÓD. 11746)	<p>a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13966:2008, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro;</p> <p>b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17, regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista, acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.</p> <p>c) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. (Placa de MDP).</p>
12	MESA DE TRABALHO LINEAR PÉ PAINEL - 02 (CÓD. 11747)	<p>a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13966:2008, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro.</p> <p>b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17, regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista, acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.</p> <p>c) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. (Placa de MDP).</p>
13	MESA DE REUNIÃO REDONDA COM PÉ PAINEL CRUZADO (CÓD. 11748)	<p>a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13966:2008, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro.</p> <p>b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17, regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista, acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.</p> <p>c) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. (Placa de MDP).</p>
14	CALHA DE FIAÇÃO COM SEPARADOR DE FIOS - 01 (CÓD. 11749)	-
15	CALHA DE FIAÇÃO COM SEPARADOR DE FIOS - 02 (CÓD. 11750)	-
16	SUPORTE PARA CPU RETO (CÓD. 11751)	<p>a) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. (Placa de MDP).</p>
17	POLTRONA DE ESPALDAR ALTO, COM BRAÇOS EM ALUMINIO E COM APOIO EM PU, ESTRUTURA FIXA CROMADA (CÓD. 11752)	<p>a) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17, regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido</p>



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

		por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista , acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente
18	POLTRONA DE ESPALDAR ALTO, COM BRAÇOS EM ALUMÍNIO E APOIO EM PU, MECANISMO SINCRONIZADO EXCÊNTRICO, ARANHA ALUMÍNIO. (CÓD. 11753)	a) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17 , regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista , acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.
19	SOFA DE ESPERA DE 01 LUGAR (CÓD. 11754)	a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 15164:2004, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro. b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17 , regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista , acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.
20	SOFA DE ESPERA DE 02 LUGARES (CÓD. 11755)	a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 15164:2004, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro. b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17 , regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista , acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.
21	SUPORTE PARA PASTA SUSPensa (CÓD. 11756)	-
22	CADEIRA DIRETOR GIRATÓRIA COM BRAÇOS FIXOS, BASE COM RELAX, ARANHA NYLON, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11757)	a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13962:2006, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro. b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17 , regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista , acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.
23	CADEIRA DIRETOR GIRATÓRIA, COM BRAÇOS REGULAVEL, BASE COM RELAX, ARANHA NYLON, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/ MOLA (CÓD. 11758)	a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13962:2006, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro. b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17 , regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista , acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.
24	CADEIRA EXECUTIVA GIRATÓRIA, COM BRAÇOS REGULAVEL, BASE EXECUTIVA, ARANHA NYLON, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11759)	a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13962:2006, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro. b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17 , regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista , acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

25	CADEIRA EXECUTIVA CAIXA, SEM BRAÇO, BASE EXECUTIVA, ARANHA NYLON COM SAPATA FIXA, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11760)	<p>a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13962:2006, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro.</p> <p>b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17, regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista, acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.</p>
26	CADEIRA EXECUTIVA UNIVERSITARIA, ESTRUTURA 04 PES, COM PRANCHETA DOBRAVEL LADO DIREITO + BRAÇO FIXO LADO ESQUERDO, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11761)	<p>a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13962:2006, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro;</p> <p>b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17, regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista, acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.</p>
27	CADEIRA EXECUTIVA UNIVERSITARIA, ESTRUTURA 04 PES, COM PRANCHETA DOBRAVEL LADO ESQUERDO + BRAÇO FIXO LADO DIREITO, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11762)	<p>a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13962:2006, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro;</p> <p>b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17, regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista, acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.</p>
28	CADEIRA EXECUTIVA, ESTRUTURA SKIN FIXA, SEM BRAÇO, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11763)	<p>a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13962:2006, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro;</p> <p>b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17, regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista, acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.</p>
29	ARMARIO ALTO COM 02 PORTAS (CÓD. 11764)	<p>a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13961:2010, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro;</p> <p>b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17, regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista, acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.</p> <p>c) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. (Placa de MDP)</p>
30	ARMARIO BAIXO COM 02 PORTAS (CÓD. 11765)	<p>a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13961:2010, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro;</p>



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

		<p>b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17, regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista, acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.</p> <p>c) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. (Placa de MDP)</p>
31	GAVETEIRO VOLANTE COM 01 GAVETA E COM 01 GAVETÃO (CÓD. 11766)	<p>a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13961:2010, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro;</p> <p>b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17, regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista, acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.</p> <p>c) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. (Placa de MDP)</p>
32	MESA DE REUNIÃO COM CAIXA DE TOMADA (CÓD. 11767)	<p>a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13966:2008, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro;</p> <p>b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17, regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista, acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.</p> <p>c) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. (Placa de MDP)</p>
33	MESA DIRETOR LADO ESQUERDO COM CAIXA DE TOMADA (CÓD. 11768)	<p>a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13966:2008, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro;</p> <p>b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17, regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista, acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.</p> <p>c) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. (Placa de MDP)</p>



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

34	MESA DE REUNIÃO OVAL PÉ PAINEL (CÓD. 11769)	<p>a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13966:2008, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro;</p> <p>b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17, regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista, acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.</p> <p>c) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. (Placa de MDP)</p>
35	MESA DE CENTRO - 01 (CÓD. 11770)	<p>a) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. (Placa de MDP)</p>
36	MESA DE CENTRO - 02 (CÓD. 11771)	<p>a) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. (Placa de MDP).</p>
37	ESTANTE DE AÇO (CÓD. 11772)	-
38	CADEIRA EM POLIPROPILENO (CÓD. 11773)	-
39	CADEIRA EXECUTIVA, SEM BRAÇO, BASE EXECUTIVA (CÓD. 11774)	<p>a) Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13962:2006, emitido pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou entidade acreditada pelo Inmetro;</p> <p>b) Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17, regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 3.751, de 23/11/90, emitido por profissional habilitado da Medicina do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Ergonomista, acompanhado da respectiva cópia autenticada do registro do profissional na classe correspondente.</p>
40	MÓVEL SOB MEDIDA PARA A RECEPÇÃO PAVIMENTO TÉRREO, CONFORME PROJETO (CÓD. 11775)	<p>a) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. (Placa de MDF).</p>
41	MÓVEL SOB MEDIDA PARA A RECEPÇÃO PAVIMENTO SUPERIOR EM MDF, CONFORME PROJETO (CÓD. 11776)	<p>a) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. (Placa de MDF).</p>
42	MÓVEL SOB MEDIDA PARA O HALL DE ENTRADA EM MDF, CONFORME PROJETO (CÓD. 11777)	<p>a) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. (Placa de MDF).</p>
43	MÓVEL SOB MEDIDA PARA O GABINETE DO PREFEITO EM MDF, CONFORME PROJETO (CÓD. 11778)	<p>a) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. (Placa de MDF).</p>



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

5.2. Na proposta de preços, não serão aceitos produtos ofertados sem **MARCA**, sob pena de desclassificação automática da proposta.

5.3. A seu critério, o Pregoeiro poderá aceitar propostas em que se verificarem erros de cálculos nos itens, mas reservando-se o direito de corrigi-los na forma seguinte:

- I. Ocorrendo discordância entre os preços unitário e total, prevalecerá os preços unitários.
- II. Erro na transcrição das quantidades da relação fornecida para a proposta: o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o total;
- III. Erro da multiplicação de preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade, e corrigindo-se o produto;
- IV. O pregoeiro terá autoridade bastante para proceder a tais correções ou mesmo sanar defeitos, desde que haja possibilidade durante a sessão.

5.4. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Toda proposta entregue será considerada com prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, quando então prevalecerá este prazo.

5.6. Caso a licitante tenha interesse, os anexos do presente edital poderão ser enviados em meio digital, por e-mail ou retirados na Prefeitura, desde que solicitados até a data de entrega dos envelopes.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

6.1. O envelope "**Documentos de Habilitação**" deverá conter os seguintes documentos:

- a) Registro Comercial no caso de empresa individual ou para os Microempreendedores Individuais (MEI) o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando for o caso.
- e) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Receita Federal do Brasil (Cartão CNPJ), emitido nos últimos 30 (trinta) dias.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

f) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em conformidade com a Portaria MF nº 358, de 05 de setembro de 2014.

g) Comprovante de Regularidade com a Fazenda Estadual mediante Certidão Emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa;

h) Comprovante de regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa;

i) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitido pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST;

k) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pelos distribuidores da sede do juízo da comarca da pessoa jurídica;

l) Apresentar no mínimo **01 (um) Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em que comprove que a proponente está apta a fornecer mobiliário compatível com o objeto do presente edital;

I.1. O atestado deverá conter a identificação do signatário, com endereço e ser apresentado em papel timbrado da empresa ou órgão declarante, claramente identificada a razão social, o endereço e o CNPJ da licitante.

l) Declaração, sob as penalidades cabíveis, que não está impedida de participar de licitação, conforme modelo constante do “**Anexo IV**”.

m) Declaração de que não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso ou menores de 16 (dezesseis) anos, executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze anos), conforme modelo constante no “**Anexo VI**” deste Edital;

Nota: Caso a licitante apresente quaisquer dos documentos elencados nas **alíneas a, b, c ou d do item 6.1** junto ao credenciamento, a mesma estará dispensada da apresentação do documento no envelope de habilitação.

6.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

6.3. É dispensada a apresentação dos documentos de habilitação previstos nas letras “a à k” acima mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral - CRC, expedido pela Prefeitura de Morro Grande ou pelo Fundo Municipal de Saúde, desde que os mesmos estejam expressamente citados no CRC e dentro do prazo de validade.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

6.4. Os documentos de habilitação relacionados acima deverão estar válidos e em vigor na data da sessão de abertura de envelopes e julgamento, apresentados em original ou cópia autenticada por servidor devidamente designado, por cartório competente ou através de publicação em órgão de Imprensa Oficial.

6.4.1. Para os documentos que não apresentarem prazo de validade, considerar-se-á como válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

6.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação do certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da documentação relacionada da letra “e” a “j” do subitem 6.1, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.5.1. Havendo alguma restrição na comprovação da documentação relacionada da letra “e” a “j” do subitem 6.1, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.

6.5.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

7.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro por meio de um representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.

7.2. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

7.3. Por credenciamento, entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

I – O proponente deverá apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar desde procedimento licitatório, conforme modelo “**ANEXO III**”, devendo, ainda, apresentar cópia autenticada do respectivo Estatuto, Contrato Social ou documento equivalente da licitante que está representando e identificar-se através de cópia autenticada da “**carteira de identidade**” ou documento de parecido teor.

I.1. A carta de credenciamento poderá ser substituída por procuração ou documento equivalente, desde que haja informado poderes para tal.

II – Sendo sócio, proprietário, titular, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia autenticada do respectivo “**estatuto, contrato social ou documento equivalente**”, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos, e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, e identificar-se exibindo cópia autenticada da “**carteira de identidade**” ou outro documento de parecido teor.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

7.4. Os documentos de credenciamento deverão ser apresentados fora do envelope de Habilitação e Proposta de Preço.

7.5. A falta de apresentação ou a apresentação dos documentos de credenciamento em desacordo com este capítulo, ou ainda a ausência do representante, equivale à renúncia por parte do licitante ao direito de apresentar lances durante a sessão e de praticar os demais atos inerentes ao certame, inclusive quanto a recursos.

8. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

8.1. Os envelopes contendo a proposta de preços e documentação de habilitação serão recebidos no dia e hora conforme previsto no preâmbulo deste edital, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro receberá dos representantes credenciados, em envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, a proposta de preço e a documentação exigida para habilitação das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes.

8.2 Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

8.3 Serão abertos inicialmente os envelopes contendo a Proposta de Preço, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

8.4 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇO

Serão aceitas as propostas de preços que estejam em plena conformidade com o item 5 do presente edital.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA HABILITAÇÃO

10.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se enquadrarem como o tal e desejarem obter os benefícios da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar os documentos conforme “item 4.1” do presente edital.

10.2. O Pregoeiro informará aos presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para o fornecimento do objeto da presente licitação, e os respectivos valores ofertados.

10.3. Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.

10.4. Serão desclassificadas as propostas que estiverem em desacordo com o artigo 4º da Lei 10.520/2002.

10.5. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

- 10.5.1. No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- 10.5.2. Caso não haja, no mínimo, 03 (três) propostas de índices nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará e proclamará as melhores propostas subsequentes, até que haja no máximo 03 (três) licitantes classificadas, quaisquer que sejam os preços ofertados, conforme disposto no inciso IX do artigo 4º da Lei nº 10.520/2002.
- 10.6. O Pregoeiro convidará todas as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço, em ordem decrescente de índice.
- 10.7. Caso as propostas apresentadas por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço, lhes será assegurada preferência de contratação, situação denominada de empate.
- 10.8. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 10.9. Em caso de a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, será adjudicado o objeto a seu favor. (Artigo 45, I)
- 10.10. Em não ocorrendo a contratação da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na Lei Complementar Nº. 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito. (Artigo 45, II)
- 10.11. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta. (Artigo 45, III)
- 10.12. Na hipótese da não contratação, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. (Artigo 45, parágrafo 2º).
- 10.13. A desistência em apresentar lance verbal, quando feita a convocação pelo Pregoeiro, implicará na impossibilidade da licitante futuramente efetuar novos lances.
- 10.14. Caso não mais se realize lance verbal, será encerrado a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.
- 10.15. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

10.16 Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.

10.16.1. Caso a licitante apresente documentação de habilitação incompleta ou incorreta, será declarada inabilitada.

10.17. Constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado pelo Pregoeiro o objeto da presente licitação.

10.18 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

10.19. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido preço melhor, nas situações previstas nos subitens 10.15 e 10.18.

10.20. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes presentes.

10.21. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão as primeiras.

11. DAS CONDIÇÕES GERAIS A SEREM ATENDIDAS

11.1. A licitantes detentora da Ata fica obrigada a:

11.1.1. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração.

11.1.2. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar-lo de acordo com as normas vigentes e/ou instruções deste Edital e seus anexos.

11.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

11.1.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Nota de Empenho.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

12. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O Município de Morro Grande pagará diretamente a proponente vencedora o valor correspondente aos produtos devidamente instalados, em parcela única, em moeda corrente nacional, ou através de cheque, crédito em conta ou através de boleto bancário, em até 30 (trinta) dias após a instalação dos produtos, perante apresentação do correspondente Nota Fiscal/Fatura.

12.2. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura se dará mediante o “**CERTIFICO**” pelo responsável da Administração Municipal, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

12.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento Contratual.

12.4. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Morro Grande/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

12.5. Se o Município de Morro Grande não efetuar o pagamento no prazo previsto neste edital e tendo a proponente, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a nota fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

13. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A entrega do objeto pela vencedora terá acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Prefeitura Municipal de Morro Grande, com atribuições específicas devidamente designadas.

14. DAS PENALIDADES E SANÇÕES

14.1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não assinar a ata de registro de preços e/ou celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar à detentora da ata as seguintes sanções:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

14.2.1. Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da licitante estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

14.2.2. Multa de 0,2% do valor global do contrato/empenho por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas neste Edital do Pregão, até o máximo de 10 (dez) dias, quando então incidirá em outras cominações legais.

14.2.3. Multa de 10% sobre o valor global do contrato/empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.

14.2.4. Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública:

- ✓ Por 06 (seis) meses – quando incidir em atraso na entrega dos produtos/serviços;
- ✓ Por 01 (um) ano – no fornecimento de produtos/serviços em desacordo com o exigido em contrato;
- ✓ Pelo o prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa ou enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato/ata de registro de preços, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do fornecimento do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no fornecimento do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas no Edital, contrato e das demais sanções previstas na legislação;

14.2.5. As sanções previstas no subitem 14.2 deste item poderão ser aplicadas isoladamente ou em conjunto, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis;

14.3. Independentemente das sanções retro a licitante ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação realizada, na hipótese de os demais classificados não aceitarem a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pelo inadimplente.

14.4. Sem prejuízo das penalidades previstas nos itens anteriores, o(a) Pregoeiro(a) poderá desqualificar a licitante ou desclassificar a proposta comercial, bem assim a Prefeitura Municipal de Morro Grande poderá reincidir o contrato ou cancelar a ata de registro de preços, sem que isto gere direito indenizatório ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica, jurídica ou de produção da licitante.

14.5. A licitante que injustificadamente e infundadamente se insurgir contra a decisão do pregoeiro ou autoridade superior, quer por meio de interposição de recurso administrativo ou ação judicial, fica, desde logo, ciente que,



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

caso o seu pedido seja indeferido, será acionada judicialmente para reparar danos causados ao licitante em razão de sua ação procrastinatória.

14.6. Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei n.º 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis à espécie.

15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias consecutivos, para apresentação das razões do recurso, no qual poderá juntar memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de horas, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

15.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

15.1.2. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

15.1.3. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.1.4. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

15.1.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Prefeito Municipal homologará o resultado da licitação.

15.2. Dos atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei no 8.666/93, caberá:

I - recurso, dirigido ao Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, interposto no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolizado no endereço referido neste Edital, nos casos de:

- a) anulação ou revogação da licitação;
- b) rescisão de Contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei Nº. 8.666/1993;
- c) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa.

II - representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III - pedido de reconsideração de decisão do Prefeito Municipal, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

15.2.1. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (§ 4º do artigo 109 da Lei Nº. 8.666/1993).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

15.3. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não exigida, nos termos do § 2 do artigo 6º do Decreto Municipal nº 88/2013.

17. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

17.1 Os produtos, objeto deste edital deverão ser entregues e devidamente instalados no novo Centro Administrativo da Prefeitura de Morro Grande/SC, sito a Rua Irmãos Biff, snº, centro, CEP 88.925-000, Morro Grande/SC, no horário de expediente.

17.2. O mobiliário deverá ser devidamente instalado conforme Anexo 1, 2, 3, 4, 5, 6 e Memorial Descritivo, que faz parte integrante do Projeto.

17.3. O prazo máximo de entrega e instalação será de 30 (trinta) dias após recebimento da respectiva **AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**.

17.4. A responsabilidade pela integridade dos produtos a serem entregues ficam de total responsabilidade da contratada.

17.5. Serão de responsabilidade da contratada, todas as despesas referente a fabricação, transporte, entrega, instalação, instrumentos, ferramentas, equipamentos e acessórios, incluindo despesas de estadias, alimentação, deslocamento, roupagens dos funcionários.

18. DO CRITÉRIO DE REAJUSTE DE PREÇOS

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do **caput** do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 e Decreto Municipal nº 88/2013.

19. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Após a autoridade competente homologar o resultado da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município de Morro Grande.

19.2. A Ata de Registro de Preços será formalizada, com o fornecedor primeiro classificado.

19.3. No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o Município, registrará os



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o valor do primeiro colocado, conforme artigo 11, parágrafo único do Decreto Municipal nº 88/2013.

19.4. A recusa injustificada do licitante 1º colocado em atender o disposto no item 19.1, dentro do prazo estabelecido, sujeitará, o licitante à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos.

19.5. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, considerando-se o disposto no parágrafo 4º do artigo 15 da Lei nº. 8.666/93 e no artigo 14 do Decreto Municipal nº 88/2013.

19.6. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão **instrumento de contrato**, conforme minuta contida no Anexo VIII, e notas de empenho de despesa, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93;

19.7. A Prefeitura de Morro Grande convocará formalmente a licitante vencedora, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, para a assinatura do contrato, sob a pena de decair o direito de execução do objeto, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, cuja multa aplicável será de 5% (cinco por cento) sobre o valor global da proposta.

20. DAS ALTERAÇÕES E VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

20.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, observado as disposições do item 18.

20.2. O fornecedor poderá ter seu registro cancelado, de acordo com disposto no artigo 18 do Decreto Municipal 88/2013.

20.3. O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital, cujo desconhecimento não poderão alegar.

21.2. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

21.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Morro Grande.

21.4. O Prefeito Municipal de Morro Grande poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

21.5. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como interromper as etapas de lances ou de análise e verificação da habilitação quando ultrapassado o horário de expediente da Prefeitura Municipal, tendo os trabalhos continuados no próximo dia útil em horário previamente marcado pelo pregoeiro.

21.6. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

21.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

21.8. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.9. Para dirimir, na esfera judicial, a questão oriunda do presente Edital, será competente o Fórum da Comarca de Meleiro/SC.

21.10. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

21.11. Os participantes da presente licitação autorizam a filmagem e gravação dos trabalhos desenvolvidos durante a sessão do Pregão.

21.12. Para o conhecimento público, expede-se o presente edital, no qual o Aviso de Licitação é afixado no Mural Público da Prefeitura de Morro Grande, e para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o Setor de Licitações desta municipalidade pelo telefone (48) 35440015/35440016 ou pelo e-mail licita@morrogrande.sc.gov.br.

21.13. Cópias do Edital e seus anexos poderão ser lidos e obtidos, no horário de expediente das 07h00min às 13h00min, de segunda à sexta-feira, no Centro Administrativo da Prefeitura de Morro Grande, sito a Rua Rui Barbosa, nº 310, Centro, Morro Grande/SC ou no site www.morrogrande.sc.gov.br.

21.14. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pelo Prefeito Municipal de Morro Grande.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

21.15. Fazem parte integrante deste Edital:

- 21.15.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 21.15.2. Anexo II - Modelo de Proposta de Preço;
- 21.15.3. Anexo III - Carta de Credenciamento;
- 21.15.4. Anexo IV - Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
- 21.15.5. Anexo V - Declaração de Habilitação;
- 21.15.6. Anexo VI - Declaração de Não Utilização de Trabalho do Menor;
- 21.15.7. Anexo VII - Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 21.15.8. Anexo VIII – Minuta Contratual;
- 21.15.8. Anexo IX - Projeto Mobiliário (Memorial Descritivo, Plantas Baixas, Layouts, Etc);

Morro Grande/SC, 14 de dezembro de 2016.

Eric Junior Frezza
Pregoeiro

Valdionir Rocha
Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA DE MORRO GRANDE.

2. PLANILHA QUANTITATIVA E ORÇAMENTÁRIA

2.1. PLANILHA GERAL – POR ITEM

ITEM	QTD.	UN.	ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS	PREÇO UN. MÁXIMO(R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	3	PC	ARMARIO SUSPENSO COM PORTA BASCULANTE E COM PISTÃO À GÁS (CÓD. 11736)	400,00	1.200,00
2	5	PC	PAINEL DIVISOR ALTO MELAMINICO (CÓD. 11737)	320,00	1.600,00
3	4	PC	DIVISÃO DUPLA CALL CENTER (CÓD. 11738)	610,00	2.440,00
4	1	PC	LATERAL LD DUPLA DE CALL CENTER (CÓD. 11739)	590,00	590,00
5	1	PC	LATERAL LE DUPLA DE CALL CENTER (CÓD. 11740)	590,00	590,00
6	10	PC	TAMPO PARA CALL CENTER RETO (CÓD. 11741)	170,00	1.700,00
7	1	PC	CONEXAO GOTA CENTRAL PARA SAIDA (CÓD. 11742)	310,00	310,00
8	10	PC	ARMARIO ALTO SEM PORTAS (NICHU) (CÓD. 11743)	750,00	7.500,00
9	18	PC	MESA DE TRABALHO ANGULAR PÉ PAINEL E ATENDIMENTO FRONTAL LD (CÓD. 11744)	1.200,00	21.600,00
10	12	PC	MESA DE TRABALHO ANGULAR PÉ PAINEL E ATENDIMENTO FRONTAL LE (CÓD. 11745)	1.200,00	14.400,00
11	2	PC	MESA DE TRABALHO LINEAR PÉ PAINEL - 01 (CÓD. 11746)	490,00	980,00
12	4	PC	MESA DE TRABALHO LINEAR PÉ PAINEL - 02 (CÓD. 11747)	385,00	1.540,00
13	2	PC	MESA DE REUNIÃO REDONDA COM PÉ PAINEL CRUZADO (CÓD. 11748)	460,00	920,00
14	30	PC	CALHA DE FIAÇÃO COM SEPARADOR DE FIOS - 01 (CÓD. 11749)	70,00	2.100,00
15	2	PC	CALHA DE FIAÇÃO COM SEPARADOR DE FIOS - 02 (CÓD. 11750)	75,00	150,00
16	45	PC	SUPORTE PARA CPU RETO (CÓD. 11751)	120,00	5.400,00
17	2	PC	POLTRONA DE ESPALDAR ALTO, COM BRAÇOS EM ALUMINIO E COM APOIO EM PU, ESTRUTURA FIXA CROMADA (CÓD. 11752)	1.550,00	3.100,00
18	1	PC	POLTRONA DE ESPALDAR ALTO, COM BRAÇOS EM ALUMINIO E APOIO EM PU, MECANISMO SINCRONIZADO EXCENTRICO, ARANHA ALUMINIO. (CÓD. 11753)	2.000,00	2.000,00
19	3	PC	SOFA DE ESPERA DE 01 LUGAR (CÓD. 11754)	1.750,00	5.250,00
20	3	PC	SOFA DE ESPERA DE 02 LUGARES (CÓD. 11755)	2.700,00	8.100,00
21	29	PC	SUPORTE PARA PASTA SUSPENSA (CÓD. 11756)	165,00	4.785,00
22	11	PC	CADEIRA DIRETOR GIRATÓRIA COM BRAÇOS FIXOS, BASE COM RELAX, ARANHA NYLON, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11757)	570,00	6.270,00
23	15	PC	CADEIRA DIRETOR GIRATÓRIA, COM BRAÇOS REGULAVEL, BASE COM RELAX, ARANHA NYLON, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/ MOLA (CÓD. 11758)	560,00	8.400,00
24	17	PC	CADEIRA EXECUTIVA GIRATÓRIA, COM BRAÇOS REGULAVEL, BASE EXECUTIVA, ARANHA NYLON, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11759)	470,00	7.990,00
25	2	PC	CADEIRA EXECUTIVA CAIXA, SEM BRAÇO, BASE EXECUTIVA, ARANHA NYLON COM SAPATA FIXA, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11760)	440,00	880,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

26	34	PC	CADEIRA EXECUTIVA UNIVERSITARIA, ESTRUTURA 04 PES, COM PRANCHETA DOBRÁVEL LADO DIREITO + BRAÇO FIXO LADO ESQUERDO, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11761)	430,00	14.620,00
27	4	PC	CADEIRA EXECUTIVA UNIVERSITARIA, ESTRUTURA 04 PES, COM PRANCHETA DOBRÁVEL LADO ESQUERDO + BRAÇO FIXO LADO DIREITO, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11762)	420,00	1.680,00
28	46	PC	CADEIRA EXECUTIVA, ESTRUTURA SKIN FIXA, SEM BRAÇO, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11763)	350,00	16.100,00
29	33	PC	ARMARIO ALTO COM 02 PORTAS (CÓD. 11764)	1.000,00	33.000,00
30	4	PC	ARMARIO BAIXO COM 02 PORTAS (CÓD. 11765)	560,00	2.240,00
31	33	PC	GAVETEIRO VOLANTE COM 01 GAVETA E COM 01 GAVETÃO (CÓD. 11766)	530,00	17.490,00
32	1	PC	MESA DE REUNIÃO COM CAIXA DE TOMADA (CÓD. 11767)	2.900,00	2.900,00
33	1	PC	MESA DIRETOR LADO ESQUERDO COM CAIXA DE TOMADA (CÓD. 11768)	2.990,00	2.990,00
34	1	PC	MESA DE REUNIÃO OVAL PÉ PAINEL (CÓD. 11769)	850,00	850,00
35	4	PC	MESA DE CENTRO - 01 (CÓD. 11770)	790,00	3.160,00
36	2	PC	MESA DE CENTRO - 02 (CÓD. 11771)	1.100,00	2.200,00
37	16	PC	ESTANTE DE AÇO (CÓD. 11772)	370,00	5.920,00
38	8	PC	CADEIRA EM POLIPROPILENO (CÓD. 11773)	270,00	2.160,00
39	10	PC	CADEIRA EXECUTIVA, SEM BRAÇO, BASE EXECUTIVA (CÓD. 11774)	330,00	3.300,00
40	1	UN	MÓVEL SOB MEDIDA PARA A RECEPÇÃO PAVIMENTO TÉRREO, CONFORME PROJETO (CÓD. 11775)	9.000,00	9.000,00
41	1	UN.	MÓVEL SOB MEDIDA PARA A RECEPÇÃO PAVIMENTO SUPERIOR EM MDF, CONFORME PROJETO (CÓD. 11776)	9.000,00	9.000,00
42	1	UN.	MÓVEL SOB MEDIDA PARA O HALL DE ENTRADA EM MDF, CONFORME PROJETO (CÓD. 11777)	11.000,00	11.000,00
43	1	UN.	MÓVEL SOB MEDIDA PARA O GABINETE DO PREFEITO EM MDF, CONFORME PROJETO (CÓD. 11778)	12.500,00	12.500,00
TOTAL GERAL					259.905,00

2.2. PLANILHA – POR LOTE

LOTE 01					
ITEM	QTD.	UN.	ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS	PREÇO UN. MÁXIMO(R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	3	PC	ARMARIO SUSPENSO COM PORTA BASCULANTE E COM PISTÃO À GÁS (CÓD. 11736)	400,00	1.200,00
2	5	PC	PAINEL DIVISOR ALTO MELAMINICO (CÓD. 11737)	320,00	1.600,00
3	4	PC	DIVISÃO DUPLA CALL CENTER (CÓD. 11738)	610,00	2.440,00
4	1	PC	LATERAL LD DUPLA DE CALL CENTER (CÓD. 11739)	590,00	590,00
5	1	PC	LATERAL LE DUPLA DE CALL CENTER (CÓD. 11740)	590,00	590,00
6	10	PC	TAMPO PARA CALL CENTER RETO (CÓD. 11741)	170,00	1.700,00
7	1	PC	CONEXAO GOTA CENTRAL PARA SAIDA (CÓD. 11742)	310,00	310,00
8	10	PC	ARMARIO ALTO SEM PORTAS (NICHOS) (CÓD. 11743)	750,00	7.500,00
9	18	PC	MESA DE TRABALHO ANGULAR PÉ PAINEL E ATENDIMENTO FRONTAL LD (CÓD. 11744)	1.200,00	21.600,00
10	12	PC	MESA DE TRABALHO ANGULAR PÉ PAINEL E ATENDIMENTO FRONTAL LE (CÓD. 11745)	1.200,00	14.400,00
11	2	PC	MESA DE TRABALHO LINEAR PÉ PAINEL - 01 (CÓD. 11746)	490,00	980,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

12	4	PC	MESA DE TRABALHO LINEAR PÉ PAINEL - 02 (CÓD. 11747)	385,00	1.540,00
13	2	PC	MESA DE REUNIÃO REDONDA COM PÉ PAINEL CRUZADO (CÓD. 11748)	460,00	920,00
14	30	PC	CALHA DE FIAÇÃO COM SEPARADOR DE FIOS - 01 (CÓD. 11749)	70,00	2.100,00
15	2	PC	CALHA DE FIAÇÃO COM SEPARADOR DE FIOS - 02 (CÓD. 11750)	75,00	150,00
16	45	PC	SUPORTE PARA CPU RETO (CÓD. 11751)	120,00	5.400,00
21	29	PC	SUPORTE PARA PASTA SUSPensa (CÓD. 11756)	165,00	4.785,00
29	33	PC	ARMARIO ALTO COM 02 PORTAS (CÓD. 11764)	1.000,00	33.000,00
30	4	PC	ARMARIO BAIXO COM 02 PORTAS (CÓD. 11765)	560,00	2.240,00
31	33	PC	GAVETEIRO VOLANTE COM 01 GAVETA E COM 01 GAVETÃO (CÓD. 11766)	530,00	17.490,00
32	1	PC	MESA DE REUNIÃO COM CAIXA DE TOMADA (CÓD. 11767)	2.900,00	2.900,00
33	1	PC	MESA DIRETOR LADO ESQUERDO COM CAIXA DE TOMADA (CÓD. 11768)	2.990,00	2.990,00
34	1	PC	MESA DE REUNIÃO OVAL PÉ PAINEL (CÓD. 11769)	850,00	850,00
35	4	PC	MESA DE CENTRO - 01 (CÓD. 11770)	790,00	3.160,00
36	2	PC	MESA DE CENTRO - 02 (CÓD. 11771)	1.100,00	2.200,00
PREÇO TOTAL DO LOTE					132.635,00

LOTE 02					
ITEM	QTD.	UN.	ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS	PREÇO UN. MÁXIMO(R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
17	2	PC	POLTRONA DE ESPALDAR ALTO, COM BRAÇOS EM ALUMINIO E COM APOIO EM PU, ESTRUTURA FIXA CROMADA (CÓD. 11752)	1.550,00	3.100,00
18	1	PC	POLTRONA DE ESPALDAR ALTO, COM BRAÇOS EM ALUMINIO E APOIO EM PU, MECANISMO SINCRONIZADO EXCENTRICO, ARANHA ALUMINIO. (CÓD. 11753)	2.000,00	2.000,00
19	3	PC	SOFA DE ESPERA DE 01 LUGAR (CÓD. 11754)	1.750,00	5.250,00
20	3	PC	SOFA DE ESPERA DE 02 LUGARES (CÓD. 11755)	2.700,00	8.100,00
22	11	PC	CADEIRA DIRETOR GIRATÓRIA COM BRAÇOS FIXOS, BASE COM RELAX, ARANHA NYLON, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11757)	570,00	6.270,00
23	15	PC	CADEIRA DIRETOR GIRATÓRIA, COM BRAÇOS REGULAVEL, BASE COM RELAX, ARANHA NYLON, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/ MOLA (CÓD. 11758)	560,00	8.400,00
24	17	PC	CADEIRA EXECUTIVA GIRATÓRIA, COM BRAÇOS REGULAVEL, BASE EXECUTIVA, ARANHA NYLON, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11759)	470,00	7.990,00
25	2	PC	CADEIRA EXECUTIVA CAIXA, SEM BRAÇO, BASE EXECUTIVA, ARANHA NYLON COM SAPATA FIXA, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11760)	440,00	880,00
26	34	PC	CADEIRA EXECUTIVA UNIVERSITARIA, ESTRUTURA 04 PES, COM PRANCHETA DOBRAVEL LADO DIREITO + BRAÇO FIXO LADO ESQUERDO, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11761)	430,00	14.620,00
27	4	PC	CADEIRA EXECUTIVA UNIVERSITARIA, ESTRUTURA 04 PES, COM PRANCHETA DOBRAVEL LADO ESQUERDO + BRAÇO FIXO LADO DIREITO, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11762)	420,00	1.680,00
28	46	PC	CADEIRA EXECUTIVA, ESTRUTURA SKIN FIXA, SEM BRAÇO, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11763)	350,00	16.100,00
38	8	PC	CADEIRA EM POLIPROPILENO (CÓD. 11773)	270,00	2.160,00
39	10	PC	CADEIRA EXECUTIVA, SEM BRAÇO, BASE EXECUTIVA (CÓD. 11774)	330,00	3.300,00
TOTAL GERAL					79.850,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

LOTE 03					
ITEM	QTD.	UN.	ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS	PREÇO UN. MÁXIMO(R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
40	1	UN.	MÓVEL SOB MEDIDA PARA A RECEPÇÃO PAVIMENTO TÉRREO, CONFORME PROJETO (CÓD 11775)	9.000,00	9.000,00
41	1	UN.	MÓVEL SOB MEDIDA PARA A RECEPÇÃO PAVIMENTO SUPERIOR EM MDF, CONFORME PROJETO (CÓD. 11776)	9.000,00	9.000,00
42	1	UN.	MÓVEL SOB MEDIDA PARA O HALL DE ENTRADA EM MDF, CONFORME PROJETO (CÓD. 11777)	11.000,00	11.000,00
43	1	UN.	MÓVEL SOB MEDIDA PARA O GABINETE DO PREFEITO EM MDF, CONFORME PROJETO (CÓD. 11778)	12.500,00	12.500,00
PREÇO TOTAL DO LOTE					41.500,00

LOTE 04					
ITEM	QTD.	UN.	ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS	PREÇO UN. MÁXIMO(R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
37	16	PC	ESTANTE DE AÇO (CÓD. 11772)	370,00	5.920,00
PREÇO TOTAL DO LOTE					5.920,00

3. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

3.1 Os produtos, objeto deste edital deverão ser entregues e devidamente instalados no novo Centro Administrativo da Prefeitura de Morro Grande/SC, sito a Rua Irmãos Biff, snº, centro, CEP 88.925-000, Morro Grande/SC, no horário de expediente.

3.2. O mobiliário deverá ser devidamente instalado conforme Anexo 1, 2, 3, 4, 5, 6 e Memorial Descritivo, que faz parte integrante do Projeto.

3.3. O prazo máximo de entrega e instalação será de 30 (trinta) dias após recebimento da respectiva **AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.**

3.4. A responsabilidade pela integridade dos produtos a serem entregues ficam de total responsabilidade da contratada.

3.5. Serão de responsabilidade da contratada, todas as despesas referente a fabricação, transporte, entrega, instalação, instrumentos, ferramentas, equipamentos e acessórios, incluindo despesas de estadias, alimentação, deslocamento e roupas dos funcionários.

4. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

4.1. A adjudicação e homologação do objeto à licitante vencedora do certame fica condicionada a apresentação de amostras dos produtos, nos seguintes termos e condições:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

4.1.1. A licitante deverá, em até 05 (cinco) dias úteis, após sua **convocação**, apresentar amostras dos produtos licitados, para comprovação de que os mesmos possuem todas as especificações presentes no Projeto - Anexo IX do presente edital, especialmente o Memorial Descritivo.

4.1.2. A licitante deverá entregar amostras de todos os itens contidos neste edital, na quantidade de **01 (um)** para cada item, exceto para os itens 2, 3, 4, 5 e 6, que deverá ser apresentado **01 (um) Balcão de Call Center**, devidamente montado.

4.1.3. As amostras deverão obrigatoriamente conter: número do Item e o número do Pregão.

4.1.4. A Prefeitura emitirá recibo de entrega das amostras, sendo que a análise poderá ser do tipo destrutiva, não cabendo indenização por parte da contratante das mesmas.

4.1.5. Juntamente com as amostras, a proponente deverá encaminhar cópias dos catálogos, folders ou prospectos detalhados e/ou cópias dos capítulos dos manuais do item, em língua portuguesa, com nível de informação suficiente para análise e verificação, tendo como requisitos as condições indicadas no termo de referência.

4.1.5.1. Para os itens 2, 3, 4, 5 e 6, deverá ser apresentado um único documento do tipo **Balcão de Call Center**, na mesma forma acima.

4.1.6. A adjudicação e a homologação do processo se dará com a análise técnica de todas as especificações e funcionalidades do produto.

4.1.7. Os produtos deverão ficar a disposição da Prefeitura de Morro Grande por um período de até 05 (cinco) dias úteis para testes e análises.

4.1.8. Findo o prazo para a análise das amostras e aprovadas, a proponente terá um prazo de 05 (cinco) dias consecutivos para a retirada dos mesmos junto a Prefeitura de Morro Grande, contados a partir da data de envio destas para aprovação.

4.1.9. Após concluída a análise das amostras, a Prefeitura de Morro Grande, emitirá **RELAÇÃO** contendo quais produtos foram aprovados e quais foram reprovados.

4.1.9.1. Para as amostras reprovadas, a contratada terá o prazo de 03 (três) dias úteis para sanar o defeito encontrado ou enviar nova amostra, sendo que o prazo de análise e testes se dará no mesmo prazo.

4.1.10. Correrá por conta da licitante as despesas com envio e retirada dos produtos.

4.1.11. A licitante deverá entrar em contato com a Secretária de Administração e Planejamento para agendamento da entrega e retirada das amostras;

4.1.12. Os demais licitantes terão vistas as amostras entregues, nos prazos citado acima.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

4.1.13. O Município de Morro Grande designará pessoal para acompanhamento das especificações das amostras.

4.1.14. Para os **PROJETOS SOB MEDIDA**, somente será exigido amostra do material MDF (Médium Density Fiberboard), na cor especificada no projeto.

5. DA VISITA TÉCNICA

5.1. Recomenda-se à empresa interessada em participar do certame, realizar visita técnica ao novo Centro Administrativo da Prefeitura de Morro Grande, sito a Rua Irmãos Biff, snº, Centro, Morro Grande/SC, para conhecimento do local de entrega e instalação do mobiliário.

5.2. Caso a empresa opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser:

5.2.1. Previamente agendada com a Secretaria de Administração e Planejamento, pelo telefone (48) 35440015/35440016 pelo e-mail: licita@morrogrande.sc.gov.br.

5.2.2. Realizada pelo responsável técnico indicado pela empresa.

5.3. A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento do local de entrega e instalação do mobiliário, como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

6. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1. A licitante vencedora deverá dispor gratuitamente de assistência técnica pelo mesmo prazo de garantia especificada no memorial descritivo.

6.2. Qualquer defeito constatado nos produtos será relatado imediatamente a assistência técnica, onde a mesma deverá verificar in loco e efetuar a correção no prazo de 05 (cinco) dias úteis, no novo Centro Administrativo da Prefeitura de Morro Grande.

7. DA GARANTIA

7.1. Todos os produtos, objeto deste Termo de Referência, deverão cumprir com a garantia mínima descrita no Memorial Descritivo (Anexo IX), ou a do fabricante se maior, contra defeitos de fabricação, qualquer defeito, vício ou incorreção no mobiliário, contada a partir do seu recebimento.

7.2. A Contratada mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seus produtos, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verifiquem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

7.3. O aceite dos produtos pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade e qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no art. 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

7.4. A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ela escolhido. Se rejeitado (apresentarem defeitos de fábrica ou divergência em relação às especificações exigidas), o produto deverá ser substituído pela Contratada, no prazo estipulado pela Contratante, sem qualquer ônus para a mesma.

8. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O Município de Morro Grande pagará diretamente a proponente vencedora o valor correspondente aos produtos devidamente instalados, em parcela única, em moeda corrente nacional, ou através de cheque, crédito em conta ou através de boleto bancário, em até 30 (trinta) dias após a instalação dos produtos, perante apresentação do correspondente Nota Fiscal/Fatura.

8.2. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura se dará mediante o **“CERTIFICO”** pelo responsável da Administração Municipal, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

8.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento Contratual.

8.4. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Morro Grande/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

8.5. Se o Município de Morro Grande não efetuar o pagamento no prazo previsto neste edital e tendo a proponente, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a nota fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

9. DA FORMA DE FORNECIMENTO DO OBJETO

O fornecimento do objeto pela licitante será efetuado de **“FORMA DE PARCELA ÚNICA”**, sendo que o objeto do contrato será solicitado conforme **“NECESSIDADE DA CONTRATANTE”**, perante o recebimento da **AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**, que será emitida quando a Administração achar necessário.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PROPOSTA DE PREÇO						
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 47/2016				PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016 - PMMG		
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA DE MORRO GRANDE.					
RAZÃO SOCIAL:					Carimbo do CNPJ	
ENDEREÇO:						
CNPJ:						
TELEFONE:						
E-MAIL:						
ITENS E PREÇOS						
ITEM	QTD	UN.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
LOTE 01						
1	3	PC	ARMARIO SUSPENSO COM PORTA BASCULANTE E COM PISTÃO À GÁS (CÓD. 11736)			
2	5	PC	PAINEL DIVISOR ALTO MELAMINICO (CÓD. 11737)			
3	4	PC	DIVISÃO DUPLA CALL CENTER (CÓD. 11738)			
4	1	PC	LATERAL LD DUPLA DE CALL CENTER (CÓD. 11739)			
5	1	PC	LATERAL LE DUPLA DE CALL CENTER (CÓD. 11740)			
6	10	PC	TAMPO PARA CALL CENTER RETO (CÓD. 11741)			
7	1	PC	CONEXAO GOTA CENTRAL PARA SAIDA (CÓD. 11742)			
8	10	PC	ARMARIO ALTO SEM PORTAS (NICO) (CÓD. 11743)			
9	18	PC	MESA DE TRABALHO ANGULAR PÉ PAINEL E ATENDIMENTO FRONTAL LD (CÓD. 11744)			
10	12	PC	MESA DE TRABALHO ANGULAR PÉ PAINEL E ATENDIMENTO FRONTAL LE (CÓD. 11745)			
11	2	PC	MESA DE TRABALHO LINEAR PÉ PAINEL - 01 (CÓD. 11746)			
12	4	PC	MESA DE TRABALHO LINEAR PÉ PAINEL - 02 (CÓD. 11747)			
13	2	PC	MESA DE REUNIÃO REDONDA COM PÉ PAINEL CRUZADO (CÓD. 11748)			
14	30	PC	CALHA DE FIAÇÃO COM SEPARADOR DE FIOS - 01 (CÓD. 11749)			
15	2	PC	CALHA DE FIAÇÃO COM SEPARADOR DE FIOS - 02 (CÓD. 11750)			
16	45	PC	SUPORTE PARA CPU RETO (CÓD. 11751)			
21	29	PC	SUPORTE PARA PASTA SUSPENSA (CÓD. 11756)			
29	33	PC	ARMARIO ALTO COM 02 PORTAS (CÓD. 11764)			



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

30	4	PC	ARMARIO BAIXO COM 02 PORTAS (CÓD. 11765)			
31	33	PC	GAVETEIRO VOLANTE COM 01 GAVETA E COM 01 GAVETÃO (CÓD. 11766)			
32	1	PC	MESA DE REUNIÃO COM CAIXA DE TOMADA (CÓD. 11767)			
33	1	PC	MESA DIRETOR LADO ESQUERDO COM CAIXA DE TOMADA (CÓD. 11768)			
34	1	PC	MESA DE REUNIÃO OVAL PÉ PAINEL (CÓD. 11769)			
35	4	PC	MESA DE CENTRO - 01 (CÓD. 11770)			
36	2	PC	MESA DE CENTRO - 02 (CÓD. 11771)			
TOTAL DO LOTE 01						
LOTE 02						
17	2	PC	POLTRONA DE ESPALDAR ALTO, COM BRAÇOS EM ALUMINIO E COM APOIO EM PU, ESTRUTURA FIXA CROMADA (CÓD. 11752)			
18	1	PC	POLTRONA DE ESPALDAR ALTO, COM BRAÇOS EM ALUMINIO E APOIO EM PU, MECANISMO SINCRONIZADO EXCENTRICO, ARANHA ALUMINIO. (CÓD. 11753)			
19	3	PC	SOFA DE ESPERA DE 01 LUGAR (CÓD. 11754)			
20	3	PC	SOFA DE ESPERA DE 02 LUGARES (CÓD. 11755)			
22	11	PC	CADEIRA DIRETOR GIRATÓRIA COM BRAÇOS FIXOS, BASE COM RELAX, ARANHA NYLON, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11757)			
23	15	PC	CADEIRA DIRETOR GIRATÓRIA, COM BRAÇOS REGULAVEL, BASE COM RELAX, ARANHA NYLON, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/ MOLA (CÓD. 11758)			
24	17	PC	CADEIRA EXECUTIVA GIRATÓRIA, COM BRAÇOS REGULAVEL, BASE EXECUTIVA, ARANHA NYLON, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11759)			
25	2	PC	CADEIRA EXECUTIVA CAIXA, SEM BRAÇO, BASE EXECUTIVA, ARANHA NYLON COM SAPATA FIXA, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11760)			
26	34	PC	CADEIRA EXECUTIVA UNIVERSITARIA, ESTRUTURA 04 PES, COM PRANCHETA DOBRAVEL LADO DIREITO + BRAÇO FIXO LADO ESQUERDO, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11761)			
27	4	PC	CADEIRA EXECUTIVA UNIVERSITARIA, ESTRUTURA 04 PES, COM PRANCHETA DOBRAVEL LADO ESQUERDO + BRAÇO FIXO LADO DIREITO, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11762)			
28	46	PC	CADEIRA EXECUTIVA, ESTRUTURA SKIN FIXA, SEM BRAÇO, COM CARENAGEM NO ASSENTO/ENCOSTO/MOLA (CÓD. 11763)			
38	8	PC	CADEIRA EM POLIPROPILENO (CÓD. 11773)			
39	10	PC	CADEIRA EXECUTIVA, SEM BRAÇO, BASE EXECUTIVA (CÓD. 11774)			
TOTAL DO LOTE 02						



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

LOTE 03						
40	1	UN	MÓVEL SOB MEDIDA PARA A RECEPÇÃO PAVIMENTO TÉRREO, CONFORME PROJETO (CÓD 11775)			
41	1	UN.	MÓVEL SOB MEDIDA PARA A RECEPÇÃO PAVIMENTO SUPERIOR EM MDF, CONFORME PROJETO (CÓD. 11776)			
42	1	UN.	MÓVEL SOB MEDIDA PARA O HALL DE ENTRADA EM MDF, CONFORME PROJETO (CÓD. 11777)			
43	1	UN.	MÓVEL SOB MEDIDA PARA O GABINETE DO PREFEITO EM MDF, CONFORME PROJETO (CÓD. 11778)			
TOTAL DO LOTE 03						
LOTE 04						
37	16	PC	ESTANTE DE AÇO (CÓD. 11772)			
TOTAL DO LOTE 04						
PREÇO TOTAL DA PROPOSTA:						
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:						
1 - Esta proposta de preço obedece a todos os requisitos exigidos no Edital de Pregão Presencial nº 23/2016;						
2 - Os itens cotados obedecem todas as exigências contidas no termo de referência do presente edital;						
3 - Manteremos nossa proposta por um prazo mínimo de validade de 60 (sessenta) dias;						
DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO						
1. Banco:			2. Nº da Agência:		3. Nº da Conta Corrente:	
LOCAL E DATA:						
<hr/> Assinatura Representante Legal da Empresa Nome: R.G: C.P.F.:						



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

ANEXO III – CARTA DE CREDENCIAMENTO

Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**.

Pela presente, credenciamos o (a) Sr. (a) _____,
portador(a) da Cédula de Identidade sob nº. _____, e CPF sob nº. _____,
a participar do Processo Administrativo Licitatório nº 47/2016, Pregão Presencial nº 23/2016, instaurado por este
órgão público.

Na qualidade de representante legal da licitante _____
_____, outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de
interposição de recurso.

Local e Data: _____, _____ de _____ de 2016.

CARIMBO DO CNPJ

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Nome:

Cargo:

CPF:

RG:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

(Razão Social da Licitante), (CNPJ), sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, cidade _____, estado _____, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e Data: _____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Nome:

Cargo:

CPF:

RG:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(Razão Social), (CNPJ), sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, CEP _____, cidade _____, estado _____, declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigida no Edital de Pregão Presencial nº 23/2016.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e Data: _____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Nome:

Cargo:

CPF:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

Declaramos para fins de participação no Processo Licitatório nº 47/2016, Edital de Pregão Presencial nº 23/2016, que a licitante, CNPJ nº, cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, ou menores de 16 (dezesesseis) anos, executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

A licitante está ciente de que o descumprimento do disposto acima durante a vigência do contrato acarretará em rescisão deste.

Local e Data: _____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Nome:

Cargo:

CPF:

RG:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

ANEXO VII – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº __/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS PARTES

1.1. Da Qualificação do Órgão Gerenciador		
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal	
Tipo	Pessoa Jurídica de Direito Público Interno	
Endereço	Rua Rui Barbosa, nº 310, Centro, CEP 88.925-000, Morro Grande/SC	
CNPJ Nº	95.782.785/0001-08	
Representante		
Cargo		
C.P.F.	Documento de Identidade	
Endereço		

1.2. Da Qualificação da Detentora da Ata		
Detentora da Ata		
Tipo		
Endereço		
CNPJ Nº		
Representante		
Cargo		
C.P.F.	Documento de Identidade	
Endereço		

1.3 Nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 88/2013, Processo Administrativo nº 47/2016, Processo de Compra nº 47/2016 e considerando o resultado do Pregão Presencial nº 23/2016, homologado em XX/XX/XXXX, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada, para a eventual aquisição dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços oferecidos pela detentora da ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

A presente **ATA** tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o registro de preços para a possível e futura **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA DE MORRO GRANDE**, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas na cláusula terceira:

CLAUSULA TERCEIRA: DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços unitários dos itens e dos lotes registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo:

LOTE --						
Item	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Marca	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
-	-	-	-	-	-	-



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

	TOTAL DO LOTE	
	TOTAL GERAL	

CLAUSULA QUARTA: DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

O prazo, condições, local de entrega e demais informações quanto a execução do objeto estão estabelecidos no **Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão nº 23/2016**.

CLÁUSULA QUINTA: DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Do Município de Morro Grande:

- 5.1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
- 5.1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
- 5.1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 5.1.4. Efetuar o pagamento à DETENTORA DA ATA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 5.1.5. Notificar, por escrito, à DETENTORA DA ATA da aplicação de qualquer sanção;
- 5.1.6. Fornecer as condições necessárias para que a detentora da ata possa executar o objeto na melhor forma possível;
- 5.1.7. Exercer a fiscalização por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;
- 5.1.8. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial, aplicação de sanções e alterações da ata.

5.2. Da Detentora da Ata:

- 5.2.1. Executar o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos, principalmente o termo de referência;
- 5.2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 5.2.3. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;
- 5.2.4. Responsabilizar-se por todos os produtos especificados neste termo, de modo a garantir sua plena execução, nos termos da legislação vigente, de modo que os mesmos sejam realizados com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
- 5.2.5. Responsabilizar-se pelas despesas dos encargos sociais, previdenciários, tributários, referentes a execução do presente termo, entre outros que incidam sobre o objeto da Ata de Registro de Preços;
- 5.2.6. Cumprir e fazer cumprir por seus empregados as normas e regulamentos disciplinares da Prefeitura Municipal de Morro Grande bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes;
- 5.2.7. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Prefeitura Municipal de Morro Grande quanto à execução do objeto;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

5.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente objeto, sem prévia e expressa anuência da Prefeitura Municipal de Morro Grande;

5.2.9. Não se valer da ata a ser celebrada para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Município de Morro Grande;

5.2.10. Arcar com quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município de Morro Grande, os quais deverão ser descontados da(s) fatura(s) seguinte(s) da detentora da ata, ou ajuizada, se for o caso, a dívida, sem prejuízo das demais sanções previstas no edital;

5.2.11. Comunicar a Prefeitura Municipal de Morro Grande, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução do objeto.

5.2.12. Cumprir com as demais disposições Editalícias e disposições da lei de licitações, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis à espécie.

5.2.13. Cumprir com os prazos e condições previstas neste termo;

5.2.24. Comunicar a Prefeitura Municipal de Morro Grande qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

5.2.25. Atender prontamente as exigências da Administração inerentes ao objeto do presente edital;

CLAUSULA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Integram esta Ata de Registro de Preços, o Processo Administrativo nº 47/2016, o Edital de Pregão Presencial nº 23/2016, seus anexos e a proposta/lance da Detentora desta ata.

8.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº 88/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLAUSULA OITAVA: DA PUBLICIDADE

A publicação resumida desta ata de registro de preços será efetuada no mural publico oficial da Prefeitura de Morro Grande, sendo que, a íntegra da ata estará disponível durante sua vigência para orientação da Administração e para conhecimento dos interessados no site oficial www.morrogrande.sc.gov.br.

CLAUSULA NONA: DO FORO

9.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Meleiro/SC, com renuncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer duvidas ou questões oriundas da presente ata.

9.2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Morro Grande - SC, XXXXXXXXXXXXXXX de XXXXX.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

XXXXXXXXXXXX - XXXXXXXXXXXXXXX
Órgão Gerenciador

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXX - XXXXXXXXXXX
Detentora da Ata



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

ANEXO VIII - MINUTA CONTRATUAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS PARTES

1.3. Da Qualificação da Contratante	
Contratante	Município de Morro Grande – Prefeitura de Morro Grande
Tipo	Pessoa Jurídica de Direito Público Interno
Endereço	Rua Juvenal Feliciano de Bitencourte, nº 160, Centro, CEP 88.925-000, município de Morro Grande/SC
CNPJ Nº	05.034.123/0001-67
Representante	
Cargo	
C.P.F.	Documento de Identidade
Endereço	

1.4. Da Qualificação da Contratada	
Contratada	
Tipo	
Endereço	
CNPJ Nº	
Representante	
Cargo	
C.P.F.	Documento de Identidade
Endereço	

1.3. As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente contrato de fornecimento de bens permanentes, em decorrência do Processo Administrativo Licitatório nº 47/2016, Processo de Compra nº 47/2016, Edital de Pregão Presencial nº 23/2016, homologado em ____ de _____ de 2016, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho 1993, termo de homologação, termos da proposta da contratada e as cláusulas contratuais contidas neste termo.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente termo de contrato tem por objetivo a **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA DE MORRO GRANDE**, em conformidade com as especificações mínimas exigidas no “Anexo I – Termo de Referência” que faz parte integrante do Edital de Pregão nº 23/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

3.1. O valor global deste contrato é de **R\$ XXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**, que será pago de acordo com o que descreve a cláusula sexta.

3.2. A descrição, quantidades e preços dos itens e dos lotes contratados são os constantes na planilha abaixo:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

LOTE --						
Item	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Marca	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO LOTE						
TOTAL GERAL						

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações e responsabilidades da contratada:

- 3.1. Fornecer os produtos de acordo com as especificações contidas do Edital de Pregão nº 23/2016 da Prefeitura de Morro Grande;
- 3.2. Executar a garantia dos produtos conforme especificações contidas no Anexo IX do presente edital;
- 3.3. Entregar o objeto no prazo estipulado;
- 3.4. Comunicar a Contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 3.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante.
- 3.6. Assumir a responsabilidade pelos encargos oriundos de eventual demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do objeto da licitação.
- 3.7. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais oriundos da contratação resultante da licitação.
- 3.8. Arcar com todos os custos necessários à completa execução do objeto.
- 3.9. Atender prontamente as exigências da Administração inerentes ao objeto do contrato.
- 3.10. Responder-se pela qualidade do veículo fornecido, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado e a fiscalização do contrato;
- 3.11. Permitir o livre acesso aos servidores da contratante, bem como os órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis;
- 3.12. Observar fielmente as cláusulas do presente contrato;

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações e responsabilidades da contratante:

- 4.1. Fornecer as condições necessárias para que a contratada possa executar o contrato na melhor forma possível;
- 4.2. Exercer a fiscalização por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;
- 4.3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada.
- 4.4. Efetuar os pagamentos devidos;
- 4.5. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do Contrato.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

CLÁUSULA QUINTA: DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 Os mobiliários, objeto deste edital deverão ser entregues e devidamente instalados no novo Centro Administrativo da Prefeitura de Morro Grande/SC, sito a Rua Irmãos Biff, snº, centro, CEP 88.925-000, Morro Grande/SC, no horário de expediente.

5.2. O mobiliário deverá ser devidamente instalado conforme Anexo 1, 2, 3, 4, 5 e 6 do Memorial Descritivo, que faz parte integrante do Projeto.

5.3. O prazo máximo de entrega e instalação será de 30 (trinta) dias após recebimento da respectiva **AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**.

CLÁUSULA SEXTA: DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O Município de Morro Grande pagará diretamente a proponente vencedora o valor correspondente aos produtos devidamente instalados, em parcela única, em moeda corrente nacional, ou através de cheque, crédito em conta ou através de boleto bancário, em até 30 (trinta) dias após a instalação dos produtos, perante apresentação do correspondente Nota Fiscal/Fatura.

6.2. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura se dará mediante o “**CERTIFICO**” pelo responsável da Administração Municipal, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento Contratual.

6.4. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Morro Grande/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

6.5. Se o Município de Morro Grande não efetuar o pagamento no prazo previsto neste edital e tendo a proponente, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a nota fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

CLÁUSULA SETIMA: DO REAJUSTE

O referido contrato não será reajustado e nem sofrerá nenhum tipo de correção monetária durante a sua vigência.

CLÁUSULA OITAVA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta do orçamento vigente, cujas dotações orçamentárias têm a seguinte classificação:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

DESP.	UNID. ORÇ.	PROJ/ATIV.	DESCRIÇÃO PROJ/ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA
-	-	-	-	-

CLÁUSULA NONA: DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato iniciará a partir de XX/XX/XXXX e seu vencimento em XX/XX/XXXX.

CLÁUSULA DEZ: DA RESCISÃO CONTRATUAL

Para rescisão deste instrumento contratual, aplica-se no que couber as disposições previstas nos artigos 77 ao 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA ONZE: DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao representante da Prefeitura de Morro Grande acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto, bem como verificar e apontar irregularidades.

CLÁUSULA DOZE: DA MULTA E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I. No caso de atraso injustificado por parte do contratado na execução do contrato, a partir do primeiro dia, o mesmo sujeitar-se-á à multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 10% (dez por cento) do montante, que será descontado dos valores eventualmente devidos pela Prefeitura de Morro Grande, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

II. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, além do disposto no inciso acima, estará o contratado sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- c) suspensão temporária da possibilidade de participar de licitação e contratar com o município de Morro Grande pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública

CLÁUSULA TREZE: DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Se a CONTRATANTE não efetuar o pagamento no prazo previsto neste instrumento contratual e tendo a CONTRATADA, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a nota fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

CLÁUSULA QUATORZE: DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Meleiro/SC com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Contrato.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

CLÁUSULA QUINZE: DISPOSIÇÕES FINAIS

Por assim estarem justos e contratados, as partes declaram aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais regularmente pertinentes, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Morro Grande/SC, ___ de _____ de 2016.

PREFEITURA DE MORRO GRANDE
XXXXXXXXXXXXXXXXX -XXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
xxxxxxx – xxxxxxxxxxxxxxxx
Contratada



ANEXO IX – PROJETO (MEMORIAL DESCRITIVO, PLANTAS BAIXAS, LAYOUTS)

MEMORIAL DESCRITIVO

ANEXO 01 – PROJETO SOB MEDIDA – RECEPÇÃO TÉRREO

ANEXO 02 – PROJETO SOB MEDIDA – RECEPÇÃO SUPERIOR

ANEXO 03 – PROJETO SOB MEDIDA – HALL DE ENTRADA (SAGUÃO)

ANEXO 04 – PROJETO SOB MEDIDA - GABINETE DO PREFEITO

ANEXO 05 – PLANTA BAIXA TÉRREO

ANEXO 06 – PLANTA BAIXA SUPERIOR